



COMUNICADO N.º 11/2020 DA DIREÇÃO NACIONAL DO STI | 23/11/2020

UM ANO DE PANDEMIA EM PASSOS DE CARACOL

O STI tem agendado para os próximos dias 17 e 18 de dezembro o último Conselho Geral deste ano. É uma reunião fundamental, onde estão representados os sócios de todos os distritos e regiões do país, através das respetivas delegações sindicais, havendo lugar ao debate alargado e à tomada de decisões, que reflitam as preocupações e anseios dos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

O ano 2020 tem sido diferente dos demais por razões de saúde pública. Uma pandemia inesperada afetou a vida de todos os povos do Mundo. As consequências deste facto são ainda muito difíceis de descrever e analisar a fundo, o que conduz a um cenário de grande incerteza, ao tentarmos prever o futuro.

De um modo ou de outro, o impacto na economia mundial e na frágil economia portuguesa, é inevitável, e apenas uma AT forte, organizada, motivada e com os recursos bem direcionados para o combate à fraude e evasão fiscal, pode ajudar o país a sair da situação complicada, em que inevitavelmente se encontrará nos próximos tempos.

Com efeito, já na última crise se mostrou que ter uma máquina fiscal afinada é fundamental para equilibrar as contas do Estado e permitir políticas expansionistas que, através do investimento público e do apoio à iniciativa privada, permitam ao país crescer. Mas é também muito importante que o país perceba que sem impostos não há SNS, nem forças de segurança, nem escola pública, nem estradas públicas, nem tão pouco um Ministério da Economia que “deita a mão” aos privados, num momento de emergência nacional como o que atravessamos. Cabe-nos a todos transmitir esta mensagem.

Mesmo no momento atual, a AT poderia e deveria estar a redirecionar a sua ação fiscalizadora para os setores de atividade que crescem com a pandemia. Se é bem verdade que setores como a restauração e o turismo têm sofrido muito com o aparecimento deste novo vírus, há setores, que se desenvolvem através da Internet e do comércio eletrónico, que estão a viver longe do controlo da AT. Milhões de transações online estão fora do campo de observação da Inspeção Tributária e Aduaneira e apenas Trabalhadores com formação muito específica e com os meios informáticos adequados poderão fazer esse trabalho de controlo. Este é um exemplo de um caminho que pode ser percorrido. Mas há outros.

Há cerca de 13 anos, já o saudoso Subdiretor Geral, Doutor João Durão, afirmava que a AT iria adquirir uma ferramenta, que permitiria identificar sites, onde existiriam transações comerciais, de modo a que posteriormente a AT pudesse validar se essas operações cumpriam ou não as regras fiscais vigentes. Ora, atualmente, com as grandes plataformas e redes sociais online, imagine-se o número de transações feitas que escapam da malha da fiscalidade!



No passado dia 13 de agosto, a bastonária da ordem dos contabilistas certificados, denunciou suspeitas de irregularidades por pedidos feitos aos contabilistas para que “*martelassem*” as contas para diminuir a faturação e permitir a algumas empresas aceder aos apoios do Estado no âmbito da pandemia. Relatava, na altura, esta ordem profissional, mais de 90 casos suspeitos. Só esta denúncia revela bem porque não pode o Estado relativizar a importância de uma AT moderna, forte, motivada e no terreno, ainda que em tempos de pandemia.

Como disse o Primeiro Ministro, em relação ao novo estado de emergência, “*parecia estar a haver um concurso para ver onde está a exceção para não cumprir a regra de se ficar em casa*”. Bem sabemos que, nos momentos críticos, há sempre quem tente tirar vantagens e cabe à Autoridade Tributária e Aduaneira estar vigilante, de modo a limitar ao mínimo essas tentativas de aproveitamento de subfaturação, para acesso aos fundos de apoio públicos. Apenas sendo rigorosos poderemos servir devidamente os cidadãos portugueses, defendendo o Estado, e, nesta situação particular, o SNS que, sem recursos, não poderá cumprir a missão que tem em mãos. Este deve ser o contributo da AT para ajudar o país a ultrapassar esta crise. Os trabalhadores estão preparados e prontos para isso.

Há, no entanto, questões que afetam a dignidade profissional e preocupam os trabalhadores, que estão em cima da mesa de trabalho, pendentes de decisão e concretização por parte da AT e da Tutela, tardando a produzir-se os resultados esperados, nomeadamente:

I – ABERTURA DO CONCURSO DE TRANSIÇÃO PARA A NOVA CARREIRA

O objetivo principal do concurso previsto no artigo 38.º do Novo Diploma das Carreiras Especiais da AT, o DL 132/2019, é permitir a todos os colegas integrados em carreiras subsistentes, passarem a integrar as novas carreiras de Gestão Inspeção Tributária e de Inspeção Tributária de Aduaneira. O atraso na sua abertura, é inexplicável nesta fase. Disso temos dado conta à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. Sabemos que o processo não está parado e depende também da validação por parte da SEAEP. O trabalho dentro do Governo existe, mas a demora no surgimento de resultados, é fator de grande desmotivação entre todos os colegas que esperam por este procedimento, e de grande preocupação no STI. Este é para o sindicato, um dos principais problemas por resolver neste momento.

II – REGULAMENTAÇÃO DO DL 132/2019

A revisão das carreiras especiais da AT não se concretizou com a publicação do Decreto Lei 132/2019. É fundamental regulamentá-lo, sobretudo para estabelecer o novo sistema de avaliação permanente e as transferências internas dentro da AT. Nesse sentido, tem sido feito trabalho entre o STI e a AT, embora não ao ritmo que gostaríamos.



Pretende-se que o regulamento provisório de transferências possibilite um procedimento até ao final do ano e que a proposta da AT para a nova avaliação permanente seja enviada ao SEAF, possibilitando a sua negociação final também neste prazo.

III – REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AT-RAM

A revisão do regime das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da Região Autónoma da Madeira (AT-RAM) tem sido uma das reivindicações do STI. Apesar da demora, foi finalmente apresentada a proposta de Decreto Legislativo Regional que procede à revisão destas carreiras, à qual o STI apresentou pronúncia, no âmbito do direito de audição. Aguardamos pelo acolhimento das propostas efetuadas.

IV - PROCEDIMENTOS PENDENTES

Tem sido feita insistência, por parte do STI, junto da Administração e do Governo, numa base praticamente semanal, para a necessidade de abrir os procedimentos que não abriram em dezembro de 2019, bem como para que sejam rapidamente concluídos os que abriram no final desse ano e todos os restantes procedimentos em curso, cujos candidatos se encontram a aguardar há largos meses.

No que respeita aos procedimentos em curso a Sr.ª Diretora Geral tem afirmado sempre que são uma prioridade para a AT. Esperamos que seja de facto feito um esforço no sentido de rapidamente concluir todos os procedimentos, publicando-se as listas de admitidos nos concursos de promoção, consolidando-se as mobilidades intercarreiras e homologando as listas dos candidatos que efetuaram provas de avaliação permanente neste último trimestre.

Relativamente aos concursos não abertos para as carreiras subsistentes, têm sido vistos como algo não prioritário por parte do Governo, uma vez que a prioridade parece ser a de avançar com o concurso do artigo 38º a que estes colegas poderão concorrer. No entanto, muitos colegas pretendem progredir nas suas carreiras atuais e não compreendem porque foi dada essa oportunidade às categorias superiores e não às suas. Esta é uma reivindicação de inteira justiça, o STI nunca desistiu dela e recentemente fomos informados que essa possibilidade está em estudo na SEAF.

Quanto à anunciada mobilidade intercarreiras para técnicos superiores das carreiras gerais, que possibilitará regularizar o desajuste funcional de uma parte dos trabalhadores da AT, a DSGRH tem informado que pretende avançar com o processo, aguardando-se que o faça tão rápido quanto possível.

V - OUTRAS QUESTÕES

Ao fim de muitos anos de trabalho sindical, os testes de conhecimentos começaram a ser feitos de forma descentralizada. Uma medida de total justiça. O STI congratula-se com este passo e esperamos agora que



possamos iniciar o caminho para a desmaterialização da avaliação permanente, colocando todos os colegas, de norte a sul do continente, passando pelas regiões autónomas, finalmente, em pé de igualdade.

O SIADAP, sendo um sistema de avaliação pior que o seu antecessor, que fomenta a conflitualidade e destrói o espírito de equipa, ainda consegue muitas vezes distinguir, quem não é minimamente reconhecido pelos colegas, como sendo merecedor de distinção. O sistema de quotas mina a justiça e a existência de um enorme número de avaliadores cria uma grande diversidade de critérios e metodologias. A isto tudo acresce que este ano os objetivos têm de ser revistos e não o foram. Os colegas estão sob pressão e não sabem com o que podem contar. Esperamos que rapidamente a Administração resolva este problema, quer conjunturalmente, quer estruturalmente.

O CAT deve ser repensado de forma estrutural. Eventualmente passando a ser um CAV – Centro de Atendimento Virtual, contando com trabalhadores especializados e formados especificamente para essas funções. Deverá ser organicamente autónomo das Direções de Finanças e dos Serviços de Finanças e poderá privilegiar a criação de postos de trabalho em zonas de menor densidade populacional. A forma como está a ser gerido atualmente, cria uma pressão exagerada sobre os colegas, que acumulam estas funções com as restantes e, quando vão para o CAT, têm o restante trabalho parado como se estivessem de férias e são depois pressionados pelas chefias para o recuperarem! No fundo estes colegas têm um pé de um lado e outro pé do outro, sendo pressionados por todos os lados. Não é admissível nem funcional!

Este ano de pandemia coincidiu também com o ano em que foi dado um passo no cumprimento da Lei para a Segurança e Saúde no Trabalho, com a apresentação de proposta de Regulamento para os Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho na AT, relativamente à qual o STI apresentou pronúncia, cujas propostas aguardamos venham a ser atendidas. Neste âmbito, é importante não nos ficarmos pelo Regulamento e pelas intenções. É fundamental a implementação plena dos serviços de SST, com Técnicos de SST e Médicos do Trabalho, garantindo-se aos trabalhadores da AT o desempenho de funções com as condições de segurança e saúde previstas na Lei.

E, ainda no respeitante à saúde, sabemos que a disseminação do vírus SARS-COV2 pela sociedade é inevitável, mas deve ser contida, até que um medicamento ou uma vacina eficaz esteja largamente disponível para a população. O sindicato trabalhou com a AT na tentativa de proteger ao máximo os colegas desta doença e reconhecemos que a AT tem feito um esforço grande na defesa da saúde dos Trabalhadores, não impedindo, ainda assim, a infeção de dezenas de colegas desde o início da pandemia, aos quais queremos reiterar a nossa solidariedade e apoio.

Não podemos baixar a guarda! Com a chegada do Inverno, os atendimentos por marcação feitos na hora e as portas abertas, podem vir a ser um problema nos nossos serviços. Continuamos a defender o atendimento presencial apenas por marcação prévia e o fecho das portas dos serviços. É uma questão de hábito e de organização. Bem gerido e com as ferramentas adequadas, pode ser mais produtivo do que o velho modelo de atendimento e é, sem dúvida, mais seguro para todos, trabalhadores e utentes.



PEDIDOS DE REUNIÃO COM A TUTELA E A AT

A Direção Nacional pediu reunião, aguardando ainda agendamento, com a Tutela e com a Direção Geral, a fim de obter respostas para as questões que afetam os trabalhadores e que aguardam decisão política ou de gestão. Consulta [aqui](#) o memorando com as questões a colocar à DG.

Para mais informações sobre estas e outras questões, consulta o site do STI www.stimpostos.pt, onde, entre outros conteúdos, podes aceder ao menu da Atividade Sindical, com todos os Comunicados, Notas Informativas e Boletim de Notícias, e ao menu FAQ com perguntas frequentes sobre várias áreas.

Até à realização do Conselho Geral do STI, as várias Direções Distritais e Regionais reunirão com os respetivos Delegados Sindicais em Conselhos Distritais e Regionais por todo o país. **Apelamos a que faças chegar as tuas preocupações e propostas ao Delegado Sindical do teu serviço, a fim de que os debates e decisões fiquem mais enriquecidos com a tua participação!**

Participa ainda no **Inquérito STI 2020**, o teu feedback é fundamental para podermos melhorar o trabalho que desenvolvemos em prol de um STI mais forte, mais participado e mais unido!

São apenas dois minutos, após clicares no link direto: <https://www.stimpostos.pt/inquerito-sti-2020/>

STI – POR TI, PARA TI, CONTIGO!

Saudações sindicais,

A Direção Nacional